

|                           |                             |                              |
|---------------------------|-----------------------------|------------------------------|
| <b>Veículo: O Liberal</b> |                             |                              |
| <b>Data:</b> 18/11/2016   | <b>Caderno:</b> Atualidades | <b>Página:</b> 08            |
| <b>Assunto:</b> Ocupação  |                             |                              |
| <b>Tipo:</b> Notícia      | <b>Ação:</b> Espontânea     | <b>Classificação:</b> Neutra |

## Alunos da Uepa dizem que questão partidária não está em discussão

Da Redação

No final da tarde de ontem, o movimento de estudantes que ocupam a reitoria da Universidade do Estado do Pará (Uepa), no Telégrafo, organizou algumas ações de ocupação como a criação de comissões para a realização de aulas públicas, programação cultural e outras. O movimento, que foi deliberado em assembleia geral e iniciou na noite de quarta, 17, já contou com a circulação de mais de 150 pessoas, que contam com apoio dos professores, por meio do Sindicato dos Docentes da Uepa (Sinduepa). Eles se posicionam contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55/241 e à Medida Provisória 246, que é da reforma do ensino médio, além de reivindicarem pautas específicas da Uepa.

O professor de economia da Universidade Federal do Pará (UFPA) Armando Lirio proferiu uma palestra para os estudantes sobre a PEC 55/241, na qual defendeu a ocupação dos estudantes como campo de resistência às medidas do governo que desestruturaram a economia e as políticas sociais brasileiras.

Lirio enfatizou, ainda, a nota elaborada pelas faculdades de Economia, Serviço Social e Turismo e os Programas de Pós-graduação em Economia e em Serviço Social, que se reuniram no último dia 10 e elaboraram



**Faculdades se manifestaram contrárias à aprovação da PEC 55 e professor defendeu ocupação na Uepa**

documento no qual se manifestam contrários à PEC 55/241.

Segundo o docente da UFPA, a nota objetiva alertar a sociedade paraense e brasileira para os graves riscos de perda dos direitos sociais consagrados na Constituição Federal de 1988 e aumento da pobreza e marginalização de crescentes contingentes de brasileiros.

"O governo traça um falso diagnóstico, identificando uma suposta e inexistente ganância

do setor público, em particular em relação às despesas com saúde, educação, previdência e assistência social, responsabilizando-as pelo aumento do déficit público, omitindo-se as efetivas razões, que são os gastos com juros da dívida pública (responsáveis por 80% do déficit nominal), as excessivas renúncias fiscais, o baixo nível de combate à sonegação fiscal, a frustração da receita com a crise e o elevado grau de cor-

rupção", traz a nota.

Ainda segundo a nota, para buscar o reequilíbrio das contas públicas, o governo propõe um conjunto de ações cujos efeitos negativos recairão sobre a população mais vulnerável, sendo a PEC 55 a principal delas. "Propondo o congelamento em valores reais das despesas com queda nos valores per capita, incluindo os recursos destinados à saúde e à educação, configurando-se em medida

inaceitável, tendo em vista que o atual volume de recursos para essas áreas já é insuficiente para ofertar à população um serviço de melhor qualidade e que atenda de forma plena a demanda".

A nota destaca também que o Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde estima que a medida, caso implementada, reduzirá em R\$ 650 bilhões os recursos do setor nos próximos 20 anos. "Recursos

esses já insuficientes para atender uma população que envelhece rapidamente, demandando investimentos crescentes. Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a perda estimada na área de Assistência Social será de aproximadamente R\$ 850 bilhões, levando a desfazer os avanços sociais que tivemos nas últimas décadas".

Segundo Cláudia Brito, estudante do quarto ano do curso de Letras/Linguagem Brasileira de Sinais, que faz parte do movimento de ocupação da universidade, o movimento vem dos estudantes secundaristas, mas é um problema na educação que afeta a todos. "Prejudica principalmente os trabalhadores brasileiros. Nossa intenção é informar os estudantes sobre toda essa situação e sair dos muros da universidade para comunicar isso à população. Somos um movimento de estudantes, definimos tudo em conjunto e não há questão partidária", disse a estudante.

A PEC 241 ou PEC 55, conhecida como PEC do Teto de Gastos é uma Proposta de Emenda Constitucional de 2016 que pretende alterar a Constituição para limitar o crescimento das despesas do governo brasileiro, tendo efeito para os três poderes, além do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União. Aprovada na Câmara Federal como PEC 241 passou a tramitar no Senado como PEC 55.